
Jornalistas no front: a importância da segurança física e psicológica de jornalistas em conflitos armados¹

Natália Xavier COELHO²

Daniela Osvald RAMOS³

Elizabeth SAAD⁴

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Os correspondentes de guerra surgiram no século XIX e, desde então, a profissão se disseminou, construiu uma ética e se tornou indispensável para a busca da garantia de direitos humanos em conflitos armados. Assim, o presente trabalho pretende compreender o papel dos jornalistas atuando em conflitos armados e entender a importância da segurança física e psicológica de tais profissionais enquanto realizam sua cobertura. Para isso, foram utilizados autores como Ben Saul (2008) e Antônio Brasil (2012), além de informações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e do Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ).

PALAVRAS-CHAVE

Segurança; Jornalismo; Conflitos Armados; Correspondente de Guerra

INTRODUÇÃO

A profissão de correspondente de guerra teve início no século XIX, mas não é considerada ultrapassada, muito menos obsoleta, pelo contrário. Com o aumento de conflitos internacionais e globalizados, principalmente com o avanço das novas mídias, os jornalistas que estão preparados para cobrir conflitos armados - seja ele qual for - são considerados atores importantes na garantia dos direitos humanos e na garantia da democracia. Entretanto, mesmo com diversos amparos legais que garantem proteção aos profissionais, como o status de prisioneiro de guerra para correspondentes de guerra, é necessário um amparo mais amplo para garantir a saúde física e psicológica dos profissionais da mídia, que incluem uma participação não só de órgãos internacionais, mas da sociedade civil, dos governos e das próprias redações.

A ATUAÇÃO DE JORNALISTAS EM CONFLITOS ARMADOS

¹Trabalho apresentado no GP11 - Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Mestranda da ECA/USP, email: nxcoelho@hotmail.com

³Professora Titular da ECA/USP, email: dramos@usp.br

⁴Professora Titular da ECA/USP, email: bethsaad@gmail.com

Em meio a conflitos armados, sejam eles guerras civis ou locais, ou combates mais amplos, a presença do jornalismo é necessária, considerando que inclusive as próprias situações poderiam não chegar ao conhecimento do público mais amplo e mundial sem os meios de comunicação. Segundo Zahoor e Said (2021), um dos papéis cruciais do jornalismo é informar a gravidade do conflito tanto para o público quanto para decisores políticos e atores.

Assim, muitas vezes saindo de seus países para a cobertura de guerra, jornalistas se encontram muitas vezes imersos em culturas e idiomas diferentes, de forma que é necessário um maior conhecimento acerca da situação, que inclui informações sobre taxa cambial, geopolítica internacional, crise humanitária e, principalmente, do Direito Internacional Humanitário (DIH).

O primeiro correspondente de guerra registrado na história da imprensa foi o irlandês William Howard Russell. Ao enviar relatórios sobre a Guerra da Crimeia, ocorrida entre 1853 e 1856, Russell também detalhava as condições da população durante o conflito, que incluíam pouco apoio médico e o surto da cólera. A sua cobertura inclusive foi responsável por inspirar uma missão médica, a Florence Nightingale na Crimeia, que foi necessária para reformular as respostas a crises humanitárias, de forma que o jornalismo praticado por Russell também é considerado como jornalismo humanitário (Bunce; Scott; Wright, 2019).

O “sucesso” da cobertura foi tamanho que Russell chegou a cobrir outros conflitos, como a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (EUA) e a Guerra Franco-Prussiana.

Segundo Saady (2022), para manter a ética da produção, o jornalista deve considerar se publicar a matéria será mais prejudicial do que não publicá-la, e conteúdos que glorificam a violência, com fotos de corpos identificáveis são conteúdos que não devem ser considerados para publicação. Ainda, para determinar se o conteúdo é publicável ou não, é possível fazer três considerações: 1) se a cobertura é essencial; 2) quais os danos para os sobreviventes; e 3) se o conteúdo vai de acordo com a responsabilidade do jornalista. “Ao mesmo tempo, há a política da justiça. Você não está lá para fazer as pessoas chorarem por causa do conflito, você precisa que as pessoas saibam o que fazer, [como] agir [e] qual é a situação” (Saady, 2022, p. 4).

Dentro do campo do jornalismo de guerra, atrelado historicamente ao jornalismo internacional (Kuhn, 2005), também é necessário salientar que há diferenças das

categorias. Os correspondentes internacionais seriam os jornalistas mais tradicionais e que fazem coberturas regulares em regiões que não a da sede do veículo. Já os enviados especiais são os profissionais que são deslocados para determinada cobertura. Também há *stringers*⁷ e *freelancers*, que são colaboradores que não são contratados formalmente pelos veículos, mas que atuam de forma remunerada a partir de cada cobertura realizada. Por fim, as agências internacionais são produtoras tradicionais de conteúdo que firmam contratos com outros veículos ou assinantes de serviços (Agnez, 2015).

O correspondente de guerra possui autorização para acompanhar as forças armadas, “usavam uniformes, tinham status de oficial e respondiam ao chefe da unidade das Forças Armadas da qual faziam parte” (Balguy-Gallois, 2004, p. 3), ou seja, são formalizados para estarem em conflitos armados.

Vale ressaltar que “qualquer jornalista ou pessoal dos meios de comunicação social, mesmo que não seja especificamente classificado como ‘correspondente de guerra’ no sentido antigo, teria direito a proteção se, de outra forma, satisfizesse as condições” (Saul, 2008, p. 103).

Considerando então que os jornalistas possuem um papel importante para a difusão de tal conhecimento, não é incomum que autoridades tentem “silenciar” a informação que lhes seja negativa, de forma que se questiona os limites de um jornalista para conseguir a notícia e como sua segurança física e psicológica deve ser prioridade.

SEGURANÇA FÍSICA E PSICOLÓGICA DE JORNALISTAS EM CONFLITOS ARMADOS

Com o aumento do interesse público pela notícia que envolve conflitos armados e guerra, incluindo questões críticas, o correspondente de guerra muitas vezes se vê “obrigado” a obter informações a qualquer preço, e quanto maior e mais divulgado o conflito é, mais interessante e relevante ela se tornará para o público, o que também se torna positivo para o jornal ou agência. “Quanto maior for a escala do conflito, mais interessante ele se tornará para o público. Isto obriga os correspondentes a quebrarem as regras de segurança, a obterem diversas informações arriscando as suas próprias vidas, o que por sua vez leva a bons salários e fama” (Menteshashvili, 2020, p. 84).

⁷ Termo mais usado no campo da comunicação. São jornalistas que recebem por reportagem e que podem contribuir com a busca de informações em determinada pauta

Dessa forma, questiona-se como a segurança física e psicológica do jornalista e dos profissionais da comunicação são vistas e consideradas como necessárias tanto pela sociedade civil quanto pela acadêmica, e até quanto vale um jornalista se arriscar pelo furo ou pela notícia, considerando que ele, quando trabalhando em reportagens em zonas de guerra ou outras áreas associadas a violência armada, pode se expor a sérios perigos.

Muitas vezes a morte do jornalista no conflito ocorre devido à ausência de uma formação especializada para estar presente no conflito, que podem incluir diversas habilidades (Menteshashvili, 2020). Saul (2008) explica que as mortes podem ser relacionadas principalmente a causas de má preparação dos jornalistas e das organizações de comunicação.

Segundo o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ, 2024), entidade independente fundada em 1981, pelo menos 2.322 jornalistas e trabalhadores da mídia foram mortos entre 1992, início da base de dados da organização, e 2023, seja por assassinato, mortos no fogo cruzado ou devido a tarefas perigosas.

Já de acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2012), em cartilha destinada a distribuir informações e outros modos de assistência a jornalistas em missões perigosas, “todos os anos, jornalistas são PRESOS, FERIDOS, MORTOS ou simplesmente desaparecem durante o trabalho” (CICV, 2012, p. 3). Por isso, a organização garante a execução de certas ações que pretendem fornecer amparo para o jornalista em tal situação.

Entretanto, apesar do amparo legal e internacional, “a proteção jurídica dos jornalistas que trabalham em zonas de conflito é adequada em teoria, mas na realidade não é respeitada” (Høiby; Ottosen, 2019, p. 84, tradução nossa). A ausência de coerência entre a proteção de jornalistas na teoria e na prática também é ressaltada pelo Repórter Sem Fronteiras (2002), que indica que os atores dos conflitos cada vez menos respeitam as leis. Assim, compreende-se que, por mais que haja um amparo legal que proteja correspondentes de guerras e outros jornalistas, inclusive como civis, quando observada a situação na prática, o amparo jornalístico se prova não ser suficiente nem praticado, o que prejudica a segurança dos profissionais, que possuem papel importante na cobertura de conflitos.

Menteshashvili (2020) destaca que jornalistas que trabalham em zonas armadas são três vezes mais propensos a sofrer de estresse e a desenvolver problemas de saúde

mental. Esses transtornos muitas vezes se relacionam com situações traumáticas, considerado como experiência de sofrimento psicológico grave após situações com risco de vida. (McMahon; Lyall, 2024). Um caminho para tentar evitar tais questões é construir resiliência, caracterizada como um processo de conseguir se manter firme em meio a experiências difíceis e que pode ser um caminho evitar tais traumas.

Dessa forma, compreende-se que cabe à sociedade civil, aos governos, aos órgãos internacionais e às próprias redações, independente do jornalista ser freelancer ou CLT, fornecer um suporte ao profissional, seja ele de treinamento antes da ida ao conflito, como simulações, incentivo à exercícios e controle de estresse durante após a cobertura, o que pode incluir acompanhamento psicológico e psiquiátrico para lidar com o trauma, principalmente por parte das redações (RSR, 2002).

Ainda, também considera-se que cabe aos jornalistas terem consciência de que não há notícia que vale sua vida e que “cada jornalista morto ou neutralizado pelo terror é um observador a menos da condição humana. Todo ataque distorce a realidade, criando um clima de medo e autocensura”. (James, 2002, p. 7, tradução nossa⁹). Além do papel indispensável na cobertura, eles também possuem a responsabilidade em se manterem vivos e seguros fisicamente e psicologicamente.

CONCLUSÃO

Considerando a importância da cobertura internacional para a manutenção dos direitos humanos e da democracia em nações em situação de conflito armado, a presença do jornalista se torna importante para garantir a possibilidade de um jornalismo ético e que consiga contribuir para que o conflito não vá contra o direito internacional humanitário. Entretanto, considerando que a presença do profissional é necessária e até indispensável, é preciso repensar os protocolos de segurança para que o profissional não precise arriscar sua vida pela notícia, mas também considerar outras situações, como quando jornalistas se tornam alvos da própria guerra, criando novas legislações específicas para esses casos, além de garantir treinamentos adequados e atualizados para o profissional.

Tendo em vista que as legislações de proteção atuais não são necessariamente o suficiente, e que na prática a situação é diferente, é necessário repensar formas adicionais

⁹ Every journalist killed or neutralized by terror is an observer less of the human condition. Every attack distorts reality by creating a climate of fear and self-censorship

de envolver todos os atores de um conflito, além das redações e agências de notícia para garantir suporte ao profissional antes, durante e após a cobertura de guerra. Tais contribuições podem incluir treinamento em redações, como simulações de situações em que o jornalista poderá enfrentar, acompanhamento psicológico, apoio entre governos e maior participação dos órgãos internacionais, como o CIVIC e o CPJ.

REFERÊNCIAS

- AGNEZ, Luciane Fassarella. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [Santa Catarina], v. 12, n. 2, p. 314-328, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p314>
- BRASIL, Antônio. A construção da imagem do Brasil no exterior. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 775-794, set./dez 2012.
- BUNCE, Mel; SCOTT, Martin; WRIGHT, Kate. Humanitarian Journalism. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, Oxford, RU, 2019.
- CICV. Linha Direta: assistência aos jornalistas em missões perigosas. Brasília: **CICV**, 2012. Disponível em: <https://shop.icrc.org/hotline-assistance-for-journalists-on-dangerous-assignments-647.html>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- CPJ. Explore CPJ's database of attacks on the press. [S,l]: **CPJ**, 2024. Disponível em: <https://cpj.org/data>. Acesso em: 30 maio 2024.
- DETTNER, Ingrid. **The Law of War**. Cambridge: University Press, 2000.
- HØIBY, Marte; OTTOSEN, Rune. Journalism under pressure in conflict zones: A study of journalists and editors in seven countries. **Media, War & Conflict**, v. 12, n. 1, p. 69-86, 2019.
- JAMES, Barry. **Press freedom: safety of journalists and impunity**. Paris, FR: UNESCO, 2002.
- KUHN, Adriana. A história dos correspondentes brasileiros de guerra e sua relação com o poder estatal e militar. In: ENCONTROS NACIONAIS, 3., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- MCCMAHON, Cait; LYALL, Kimina. Leading resilience: a guide for editors and news managers - working with journalists in Ukraine. [S,l]: **Dart Center, Acos Alliance**, 2024.
- ONU. III GENEVA CONVENTION RELATIVE TO THE TREATMENT OF PRISONERS OF WAR OF 12 AUGUST 1949. Genebra: **ONU**, 1949. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.32_GC-III-EN.pdf. Acesso em 18 maio 2024.
- RSF. Charter for the Safety of Journalists Working in War Zones or Dangerous Areas. [S,l]: RSF, 2002. Disponível em: https://d3n8a8pro7vnmx.cloudfront.net/cjfe/pages/1479/attachments/original/1439686829/chart_er_en.pdf?1439686829. Acesso em: 30 maio 2024.
- SAUL, Ben. The international protection of journalists in armed conflict and other violent situations. **Australian Journal of Human Rights**, Sydney, v. 14, n. 1, p. 99-140, 2008.

ZAHOOR, Musharaf; SADIQ, Najma. Media and Armed Conflicts: An Overview. **NUST Journal of International Peace & Stability**, [s.l], p. 70-80, 2021.